



NUEVA ECONOMÍA FORESTAL
PARA LA ACCIÓN CLIMÁTICA:
Desarrollo Territorial e Innovación

RELATÓRIO

GCF TASK FORCE 16ª REUNIÃO ANUAL - SESSÕES DE TRABALHO SOBRE A NOVA ECONOMIA FLORESTAL: BIOECONOMIA, INFRAESTRUTURA NATURAL, COMMODITIES SUSTENTÁVEIS, RESTAURAÇÃO E CONDIÇÕES PROPÍCIAS

16ª Reunião Anual do GCF Task Force

Relatório das Sessões de Trabalho sobre a Nova Economia Florestal¹

Caquetá, Colômbia

Sumário executivo	1
1. Estabelecendo uma Bioeconomia Próspera.....	3
2. Sustentando a infraestrutura natural	4
a. Avanços no REDD+ Jurisdicional	4
b. Construindo Mecanismos de Financiamento para a Proteção do Clima e das Florestas: Cogestão e Planejamento	8
3. Commodities Sustentáveis	10
a. Superando os desafios da rastreabilidade: Preparando-se para a implementação do EUDR	10
b. Abordagens regenerativas: gado, agricultura e acesso a mercados	15
4. Condições favoráveis para a Nova Economia Florestal	20
a. Combater a ilegalidade florestal: abordando o acesso à terra, a melhoria da governança, a colaboração e a tecnologia.	20
b. Conectando produtos florestais não madeireiros da Amazônia ao Pacífico	23
5. Restauração e Resiliência.....	26
a. Gestão Integrada de Incêndios: Da Amazônia à Califórnia	26
b. Restauração de Ecossistemas: Estudos de Caso, Desafios e Caminhos para a Ampliação	30
Conclusão e próximos passos	33

Sumário executivo

Na 16ª Reunião Anual da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (GCF Task Force), em Caquetá, Colômbia, estados e províncias membros, líderes indígenas e de

¹Este relatório baseia-se tanto em anotações humanas quanto em transcrições e anotações geradas por IA Esta versão em português do relatório foi traduzida do inglês com o auxílio de IA.

comunidades locais, atores do setor privado e organizações da sociedade civil se reuniram para construir em conjunto mecanismos de investimento e capacitação direcionados para uma Nova Economia Florestal em toda a região tropical. Com base no **Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal** (2022) e nos quatro pilares delineados no **Esquema para uma Nova Economia Florestal** (2024), as sessões de trabalho foram organizadas em cinco temas:

1. Estabelecendo uma Bioeconomia Próspera
2. Sustentando a infraestrutura natural
3. Restauração e Resiliência
4. Commodities Sustentáveis
5. Condições favoráveis para a Nova Economia Florestal

Estas sessões foram concebidas para aproveitar a experiência dos governos subnacionais nas realidades das suas jurisdições e para conectar essas realidades a novas parcerias e oportunidades de investimento. Estes tipos de interação significativa e processos de coconstrução nunca foram tão importantes. À medida que o desmatamento tropical continua a aumentar, ameaçando a nossa própria existência, precisamos, mais do que nunca, de soluções económicas, sociais e de governação inclusivas, sustentáveis e baseadas nas florestas, em grande escala.

Foram identificadas diversas barreiras transversais:

- **Altos custos de preparação e prontidão** : Obstáculos financeiros, como os elevados custos iniciais para validação/verificação do JREDD+ e conformidade com o EUDR, restringem a expansão em nível subnacional e o envolvimento de pequenos agricultores.
- **Sistemas fragmentados e dados desalinhados** : A persistente falta de alinhamento entre as plataformas de monitoramento e as estruturas de governança gera atrasos e incompatibilidade entre os sistemas.
- **Riscos de exclusão de pequenos produtores** : A complexidade dos processos de due diligence, os altos custos de certificação e as lacunas na infraestrutura digital em áreas rurais podem expulsar os pequenos produtores das cadeias de suprimentos formais.
- **Instabilidade política e institucional** : A rotatividade política frequentemente ameaça a continuidade das políticas a longo prazo, a confiança pública e a implementação sustentada.

Também foram identificados avanços jurisdicionais:

- **Inovações em ferramentas jurisdicionais**: As jurisdições estão implementando ferramentas digitais para lidar com a conformidade e a rastreabilidade (por exemplo, o CAR Digital 2.0 e o Passaporte Verde do Mato Grosso, o Selo Verde do Acre, o Centro

de Monitoramento Integral e o sistema de alerta precoce de Santa Cruz e o sistema Guardiã Florestal de Michoacán).

- **Mecanismos de financiamento inovadores:** Estão surgindo modelos financeiros estratégicos para canalizar recursos diretamente para atores e comunidades locais, incluindo o Fundo Futuro da Amazônia no Equador e mecanismos regionais como o Fundo de Agroecologia da Península de Yucatán (FAPY).
- **Transição para a produção sustentável:** as jurisdições estão ampliando a agricultura regenerativa e os programas de commodities sustentáveis, aproveitando marcas locais (por exemplo, a carne livre de desmatamento CaLibre de Jalisco) e fatores de mercado como a prontidão para o EUDR (Regulamento Europeu de Desenvolvimento de Produtos de Consumo) para formalizar as cadeias de valor, ao mesmo tempo que melhoram o acesso ao mercado para pequenos produtores.
- **Inclusão de práticas indígenas e tradicionais:** O conhecimento e os sistemas indígenas, como os *chagras* em Vaupés, Colômbia, e a produção tradicional de produtos florestais não madeireiros no Peru, estão sendo integrados em estruturas mais amplas de bioeconomia e restauração.

1. Estabelecendo uma Bioeconomia Próspera

Do Planejamento à Implementação: Estratégias de Investimento e Sustentabilidade para Promover o Desenvolvimento da Sociobioeconomia, Partes 1 e 2

Veja o relatório completo das sessões sobre bioeconomia aqui:

<https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2026/09/GCFTF-16th-AM-Bioeconomy-Working-Sessions-report-1.pdf>

A sessão sobre bioeconomia teve duração de dois dias e os participantes foram divididos em grupos para discutir os seguintes tópicos:

- Por que o desenvolvimento da bioeconomia precisa de liderança subnacional e o que os líderes subnacionais precisam para implementá-la?
 - A liderança subnacional é essencial para a construção de uma bioeconomia sustentável, pois fundamenta as políticas em realidades territoriais específicas, permitindo a priorização eficaz de produtos estratégicos e a integração da infraestrutura às necessidades de conservação. Para alcançar essa transição, os líderes precisam superar os entraves financeiros e fomentar parcerias multissetoriais que empoderem as comunidades locais, mensurando o sucesso

por meio de indicadores econômicos, sociais e ambientais combinados.

- Criando Condições e Conectando Caminhos Viáveis para Investimentos: Comunidades, Governos e Investidores
 - Superar a lacuna entre as comunidades florestais e o investimento global exige a criação de condições favoráveis, como marcos regulatórios claros e uma governança territorial robusta, juntamente com o desenvolvimento de capacidades específicas para as empresas locais. A agenda para os próximos dois anos deve se concentrar em mecanismos práticos para conectar as comunidades ao capital. Isso pode incluir assistência técnica, financiamento catalisador, fundos para preparação de projetos, plataformas de investimento e parcerias com atores especializados em pequenas empresas e cadeias de valor.
- Economias Florestais Comunitárias: Repensando a Regulamentação e a Governança do Uso da Terra
 - Para ampliar a participação comunitária nas economias florestais, os marcos regulatórios devem ser simplificados por meio de reformas flexíveis e específicas para cada território, que reduzam os entraves processuais, mantendo as salvaguardas ambientais necessárias. Além disso, a governança eficaz do uso da terra exige a integração do conhecimento tradicional e indígena com a inovação científica e a segurança jurídica, garantindo que as comunidades locais possam participar de cadeias de valor sustentáveis sem comprometer seus direitos territoriais ou prioridades culturais.
- Polos regionais e uma Instalação GCF Task Force para a Bioeconomia: Recorrendo à experiência para projetar o futuro.
 - Na Colômbia, a prioridade é consolidar uma plataforma funcional que conecte os atores, supra lacunas, acelere empreendimentos, estimule a demanda e articule instrumentos públicos, cooperação, ciência, empresas e organizações de base.

2. Sustentando a infraestrutura natural

a. Avanços no REDD+ Jurisdicional

MODERADORES:

- Syahrina D. Anggraini , Diretora Nacional da GCF Task Force na Indonésia
- Carlos Aragon, Diretor Nacional da GCF Task Force no Brasil

PALESTRANTES:

- Lucia Madrid, Diretora Associada, Líder da Equipe de Salvaguardas e Engajamento com Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL), Winrock /ART/TREES
- Fermin Chimatani Tayori, membro do Comitê Global PICL da GCF Task Force e Presidente da Associação Nacional de Executores de Contratos para a Gestão de Reservas Trabalhadores Comuns do Peru (ANECAP)
- Florian Reber, Vice-Presidente Sênior de Desenvolvimento de Negócios e Parcerias da Chloris Geospatial
- Sassan Saatchi, CEO, CTrees
- Marcello de Lima Lelis, Secretário do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Clima, Tocantins, Brasil
- Daniel Graf Pérez, Diretor Geral de Recursos Naturais, Jalisco, México
- Edu Effiom, Diretor Geral do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas de Cross River, Nigéria
- Andrés Coloma, Diretor de Gestão Ambiental, Pastaza, Equador
- Jaksilande Araújo de Lima, Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Acre, Brasil

PARTICIPANTES:

- Mariano Cirone, Especialista em Salvaguardas, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
- Shannon Dilley, Conselheira Jurídica Chefe e Ligação Tribal, Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia, EUA
- Francisca Oliveira de Lima Costa, Secretária Especial dos Povos Indígenas - SEPI, Acre, Brasil
- Haerul Arifin Abdullah, CHEFE DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, Papua Ocidental, Indonésia
- Estiko Wiradyo, Chefe da Divisão de Planejamento da Agência Florestal e Ambiental de Papua, Indonésia.
- Jimmy Walter Susanto, Chefe do Serviço Florestal, Papua Ocidental, Indonésia
- Gustavo Sánchez, membro do Comitê Global do PICL da GCF Task Force e Presidente da Red MOCAF



Esta sessão de trabalho focou-se nos mecanismos de financiamento climático, na implementação de programas REDD+ jurisdicionais, nos requisitos técnicos e metodológicos da norma ART TREES, nas ferramentas de monitorização tecnológica e nas condições institucionais necessárias para aceder a pagamentos baseados em resultados.

Padrão ARTE/ÁRVORES

ART/TREES é um padrão rigoroso e de alta integridade para iniciativas JREDD+ que exige um alto grau de capacidade técnica e institucional. Para jurisdições que buscam atingir o padrão ART/TREES, quatro fatores de sucesso foram destacados:

- Comunicação direta com o Secretariado da ART ;
- Participação precoce de atores locais, especialmente povos indígenas e comunidades locais;
- Avaliação de capacidade antes de avançar para a verificação; e
- Preparação para avaliação independente através da organização sistemática de documentação verificável e da elaboração de estratégias de participação.

Tecnologia, monitoramento remoto e harmonização de dados

As tecnologias de observação da Terra foram reconhecidas como ferramentas estratégicas para medir o desmatamento, a degradação, a biomassa, o carbono e o desempenho de programas. No entanto, há uma falta de harmonização entre os dados nacionais, os requisitos de padrões, os registros e os investidores. As ações prioritárias para enfrentar esse desafio incluem:

- Integrar sensores remotos, séries históricas e sistemas oficiais para construir uma linha de base robusta e transparente; e

- Padronizar critérios entre jurisdições, normas e investidores para facilitar a due diligence e a tomada de decisões financeiras.

Experiências jurisdicionais

- O Peru apresentou uma iniciativa indígena REDD+ focada em territórios de Alta Cobertura Florestal e Baixo Desmatamento (HFLD), liderada por organizações indígenas e coordenada com o Ministério do Meio Ambiente (MINAM).
- O Tocantins, no Brasil, demonstrou como o pré-investimento possibilitou o desenvolvimento de inteligência territorial, consulta social e sistemas de informação, como o Centro de Inteligência Geográfica para a Gestão Ambiental (Centro de Inteligência). Geografia em Gestão do Meio Ambiente , CIGMA). <https://cigma.to.gov.br/>
- Jalisco enfatizou que o REDD+ pode ser útil mesmo que o volume de créditos seja menor, pois organiza políticas públicas e reforça a redução do desmatamento e da degradação florestal.
- O estado de Cross River, na Nigéria, destacou os desafios da coordenação entre os governos federal e subnacionais, bem como a necessidade de soluções produtivas, como o biochar e plantações de crescimento rápido , para lidar com a pressão sobre as florestas primárias.
- Pastaza, no Equador, destacou a conservação comunitária, a alta cobertura de vegetação nativa e a colaboração com povos e nacionalidades em um território de difícil acesso.
- O Acre apresentou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais Ambientais (SISA) como uma arquitetura consolidada de governança, pagamentos por resultados, partilha de lucros e participação social.

Barreiras

- Alto custo (Jalisco, México, observou que seus custos já chegam a aproximadamente US\$ 150 mil).
- O JREDD+ exige trabalho em rede, aprendizagem entre pares, transparência, fortes salvaguardas e suporte técnico contínuo.
- É necessário reduzir a desinformação e melhorar a comunicação pública sobre a integridade da abordagem jurisdicional.
- A participação social não deve se limitar à validação de documentos, mas sim se tornar um processo institucionalizado, orçado e culturalmente apropriado.

Ações prioritárias para avançar

- Consolidar mecanismos financeiros que permitam a cobertura de prontidão, preparação técnica, consultas e verificação.

- Fortalecer o quadro institucional que garante a continuidade para além das mudanças políticas e administrativas.
- Desenvolver mecanismos de distribuição de benefícios transparentes, participativos e culturalmente adequados.
- Integrar sistemas de produção, gestão de incêndios, pecuária sustentável, conservação, restauração e monitoramento como parte das estratégias REDD+ jurisdicionais.
- Criar uma comunidade de prática ou grupos de trabalho temáticos dentro da GCF Task Force para o intercâmbio técnico contínuo.
- Desenvolva um banco de dados com um repositório de documentos, melhores práticas, modelos, exemplos e lições aprendidas.
- Explore a possibilidade de um fundo rotativo para a GCF Task Force apoiar as fases de preparação, registro, validação e verificação.
- Fortalecer as capacidades de negociação com o setor privado e investidores, incluindo estruturas claras de due diligence.
- Estabelecer protocolos de transparência e comunicação para recuperar a confiança pública. Isso inclui gerenciar as expectativas da comunidade de forma responsável, evitando promessas prematuras sobre a receita proveniente de créditos de carbono.
- Fornecer aos investidores métricas de desempenho, filtragem de riscos e evidências confiáveis.

b. Construindo Mecanismos de Financiamento para a Proteção do Clima e das Florestas: Cogestão e Planejamento

MODERADORES:

- Jason Gray, Diretor de Projeto, GCF Task Force
- Bruno Paladines, Diretor Nacional do GCF Task Force Equador
- Gustavo Sánchez, membro do Comitê Global do PICL da GCF Task Force e Presidente da Red MOCAF

PALESTRANTES:

- Basilio Velázquez Chi, membro do Comitê Global do PICL da GCF Task Force e do Fundo Agroecológico da Península de Yucatán (Fondo Agroecológico Península de Yucatán, FAPY)
- Neyra Silva Rosado, Secretária de Desenvolvimento Sustentável, Estado de Yucatán, México



Esta sessão de trabalho focou-se nos mecanismos de financiamento climático, na implementação de programas REDD+ jurisdicionais, nos requisitos técnicos e metodológicos da norma ART TREES, nas ferramentas de monitorização tecnológica e nas condições institucionais necessárias para aceder a pagamentos baseados em resultados.

Um mecanismo de financiamento regional em Yucatán, México

O Fundo de Agroecologia da Península de Yucatán (Fondo Agroecológico A Península de Yucatán (FAPY) atua como um mecanismo regional que recebe recursos de doadores e os direciona para organizações comunitárias, cooperativas, organizações de produtores, comunidades indígenas, organizações camponesas e redes colaborativas. A FAPY garante que as comunidades recebam financiamento direto por meio de pequenas subvenções de US\$ 20.000 a US\$ 30.000 para produção agroecológica, capacitação, acesso a mercados, parcerias colaborativas e defesa de políticas públicas.

Fundo Futuro da Amazon (FFA)

FFA é um fundo inovador que concede igualdade de poder aos povos indígenas (Nações Shiwiar , Andwa , Sapara e Achuar) e aos governos provinciais (Morona Santiago, Pastaza e Zamora Chinchipe), garantindo a proteção a longo prazo da Amazônia equatoriana. Seu objetivo é apoiar: Planos de Vida Indígena, planos provinciais de gestão da conservação e a implementação do REDD+ nas jurisdições da GCF Task Force no Equador. A estrutura do fundo visa salvaguardar os recursos públicos, alavancar a cooperação internacional e doadores

privados, fortalecer as capacidades de gestão e garantir que os recursos cheguem às comunidades e territórios. Além disso, o fundo é equilibrado em termos de gênero, com participação de prefeituras, nacionalidades indígenas e organizações constituintes.

Mecanismos financeiros alternativos para financiamento direto

A Iniciativa de Financiamento para Direitos Territoriais Comunitários e Conservação (CLARIFI), uma iniciativa da Rights and Resources Initiative e da Campaign for Nature, mobiliza fundos públicos e privados flexíveis diretamente para povos indígenas, comunidades afrodescendentes e comunidades locais. A CLARIFI também apoia o Fundo Territorial Mesoamericano, um mecanismo financeiro alternativo criado pela Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (Alianza) . Mesoamericana de Pueblos y Bosques, AMPB), por e para povos indígenas e comunidades locais. Um microbanco florestal em Puebla foi criado para reduzir a dependência de doações e desenvolver a educação financeira da comunidade.

3. Commodities Sustentáveis

a. Superando os desafios da rastreabilidade: Preparando-se para a implementação do EUDR

MODERADORES:

- Rosa Maria Vidal, Assessora Sênior da GCF Task Force no México
- Akane Nishimura, Associada de Programas, Avaliação de Impacto, GCF Task Force
- Pilar Saez Choquehuanca , GCF Task Force Peru e Mecanismos de Desenvolvimento Alternativo (Mecanismos de Desarrollo Alternos , MDA)

PALESTRANTES:

- Rosa Olguita Celiz Cruz, vice-governadora , San Martín, Peru
- Alejandro Mendez Lopez, Secretário do Meio Ambiente, Michoacán, México
- Leonardo das Neves Carvalho, Secretário do Meio Ambiente, Acre, Brasil
- Alex Sandro Antonio Marega , Secretário Executivo do Meio Ambiente, Mato Grosso, Brasil
- Lina Peñuela , Coordenadora do Fundo Regional da Amazônia - UK PACT, Embaixada Britânica em Bogotá
- Jorge Carillo , Consultor Técnico, GIZ
- Angélica Narváez, Diretora - Pilar Bioeconomia, Alisos
- Guilherme Ponce, Líder de Divulgação, CDP

- Daniel Bedoya, Representante Nacional para Colômbia, Panamá e Venezuela, Conselho de Manejo Florestal (FSC)

PARTICIPANTES:

- Stefan Lees, Diretor Geral da Life Systems
- Jorge Vásquez, AICS Bogotá
- Fakhri Rhamadian Hidayat , Coordenação do País, GCF Task Force na Indonésia
- Yarely Ortiz Guerrero, Coordenadora Regional, Alisos
- Carlos Blandón , Chefe de Programa, Fundação Indígena FSC
- Diego Pacheco, Governo de Caquetá, Colômbia
- Roberto Helder , Governo de Caquetá, Colômbia
- Henry Bloomfield, Diretor Nacional da GCF Task Force na Bolívia e Diretor Técnico Adjunto da Fundação Natura Bolívia.



Regulamentações e compromissos internacionais, especialmente aqueles relacionados a mercados livres de desmatamento, estão remodelando as condições de acesso ao mercado para commodities como cacau, café, carne bovina, soja, óleo de palma, borracha, madeira e abacate. A implementação da rastreabilidade ocorre em nível local e requer capacidade local, interoperabilidade de dados, coordenação nacional e subnacional, participação do setor privado e mecanismos que incluam pequenos produtores.

Essas regulamentações, incluindo o Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), representam uma oportunidade para otimizar as cadeias de produção, fortalecer os sistemas de informação, construir confiança e conectar a produção sustentável ao

acesso ao mercado. Existem, no entanto, desafios significativos, uma vez que a rastreabilidade exige a resolução de questões de governança, legalidade, posse da terra, interoperabilidade de sistemas, acesso à conectividade, capacidade técnica, custos de conformidade e coordenação entre os níveis de governo.

Esta sessão de trabalho dá continuidade aos nossos webinars sobre a preparação para o Regulamento (UE) relativo ao Regulamento (UE) 2026, que foram realizados em março e maio de 2026.

Perspectivas dos parceiros

A GiZ compartilhou suas experiências da Iniciativa Equipe Europa sobre Cadeias de Valor Livres de Desmatamento (TEI), que apoia os países parceiros na implementação justa da Diretiva de Desmatamento da UE (EUDR). A rastreabilidade deve ser centrada no agricultor, ancorada institucionalmente e construída sobre uma infraestrutura aberta e compartilhada. Os elementos fundamentais para uma Infraestrutura Pública Digital (IPD) global com desmatamento zero já existem, mas precisamos de alinhamento, governança e escala.

O CDP abordou a questão da adequação dos relatórios corporativos e governamentais aos requisitos do Regulamento da UE sobre o Desflorestamento (EUDR), observando que a devida diligência depende da coleta de informações, da identificação e mitigação de riscos. <https://www.cdp.net/api/file/cdp-policy-explainer-on-the-eu-deforestation-regulation>

O Forest Stewardship Council (FSC) apresentou suas ferramentas de certificação, que são amplamente aceitas e possuem alto índice de reconhecimento global pelo consumidor. A Certificação FSC serve como uma base sólida para a conformidade com o Regulamento (UE) sobre o Desenvolvimento do Setor Público (EUDR), com alguns requisitos do FSC (direitos dos povos indígenas e comunidades locais, Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), direitos dos trabalhadores, etc.) que vão além dos do EUDR. Módulos adicionais opcionais do FSC podem levar as empresas à plena conformidade com o EUDR.

Políticas, abordagens sistêmicas e condições facilitadoras

A Embaixada Britânica na Colômbia compartilhou lições aprendidas com programas de pecuária sustentável e cadeias de suprimentos livres de desmatamento. A mensagem central foi que a rastreabilidade não pode ser alcançada apenas por meio da tecnologia ou do trabalho direto com os produtores; ela requer uma abordagem sistêmica que envolva políticas públicas, instrumentos financeiros, assistência técnica, consumidores, centros de pesquisa, bancos locais, varejistas e distribuidores. Além disso, a expansão deve estar vinculada a decisões políticas, incentivos financeiros, demanda de mercado e protocolos de monitoramento, relato e verificação. A recente aprovação da Lei de Rastreabilidade do Gado foi destacada como uma oportunidade transformadora.

Exemplos da Colômbia

Alisos apresentou a experiência da Mesa Redonda Nacional de Rastreabilidade do Cacau, associada ao Acordo de Desmatamento Zero para o Cacau assinado pela Colômbia em 2017. A mesa redonda, que reuniu atores do setor público, da indústria, produtores, exportadores, da sociedade civil e da cooperação internacional, elaborou um guia de legalidade, uma análise de alertas de desmatamento utilizando informações georreferenciadas e um repositório específico do setor, gerenciado pela Federação Nacional de Produtores de Cacau. Também foi mencionado que ferramentas semelhantes existem para a produção de café e óleo de palma.

<https://legalitynavigator.efi.int/colombia-legality-due-diligence-tool-cocoa/>

<https://federaciondecafeteros.org/>

<https://sica.federaciondecafeteros.org/>

Necessidades Jurisdicionais no Peru

San Martín expressou preocupação com as abordagens centralizadas e afirmou que os governos regionais nem sempre participam efetivamente dos sistemas nacionais. Também foi observado que o financiamento internacional para ministérios nacionais nem sempre chega às jurisdições ou se traduz em resultados tangíveis no nível local. A La Libertad, nova integrante da GCF Task Force, apresentou sua visão de rastreabilidade e aumento das exportações agrícolas sustentáveis com valor agregado, apoiadas por assistência técnica, biotecnologia e organização e fortalecimento de pequenos agricultores.

Certificação voluntária e pressão de mercado

Michoacán, no México, apresentou o caso da produção de abacate, uma cadeia de suprimentos que exerce pressão significativa sobre florestas nubladas e florestas de pinheiros e carvalhos. O governo estadual trabalhou com a ONG Guardian Forestal para desenvolver um sistema de alerta baseado em sensoriamento remoto e uma certificação voluntária (Pro-Forest Avocado). Apesar dos recursos insuficientes de Michoacán e da falta de autoridade direta para regulamentar toda a cadeia de suprimentos, o estado conseguiu certificar aproximadamente 90% das exportações, contando com a pressão do mercado, alianças com organizações da sociedade civil e mudanças nas preferências dos consumidores americanos.

Integrando governança e dados

Muitos requisitos do EUDR já estão sendo atendidos pelo Código Florestal, uma lei brasileira de âmbito nacional que regulamenta a proteção e o uso sustentável das florestas e da vegetação nativa. A Acre apresentou uma estratégia baseada em dois pilares: o Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (SIMM) e o Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudanças do Clima (SIMAMC), que reúne sete agências sob uma única estrutura de governança, e a implementação do Selo Verde,

um sistema gratuito de rastreabilidade jurisdicional. Essa ferramenta integra dados existentes de monitoramento de desmatamento via satélite, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), embargos ambientais e informações relacionadas ao trabalho forçado para produzir certificados de conformidade ambiental gratuitos e verificáveis para os produtores. Um desafio ainda em curso é como reduzir a lacuna de acesso ao mercado para pequenos produtores de cacau e café.

Ampliando a escala de commodities sustentáveis

Mato Grosso, o maior estado produtor agrícola do Brasil, apresentou um caso de produção em larga escala, reconhecendo que a rastreabilidade deve ser abordada por produto e por cadeia de suprimentos, já que nenhuma solução única funcionará para todas as commodities. Para lidar com as questões de escala e rastreabilidade, Mato Grosso desenvolveu o CAR Digital 2.0, com validação automatizada e cruzamento de informações georreferenciadas para reduzir significativamente o tempo de processamento do cadastro. O estado também criou o Passaporte Verde , projetado para a identificação e o rastreamento individual do gado ao longo de todo o ciclo produtivo: nascimento, transporte, engorda e abate. O objetivo é reduzir a lacuna com os fornecedores indiretos, que representam uma parcela significativa do risco de desmatamento.

Barreiras

- Fragmentação da informação entre entidades e falta de interoperabilidade entre plataformas e sistemas de monitorização.
- Falta de interoperabilidade entre sistemas e ausência de metodologias comuns em geolocalização, definição de florestas, alertas de desmatamento, legalidade e diligência prévia.
- Coordenação efetiva limitada entre governos nacionais e subnacionais.
- Lacunas em termos de conectividade, infraestrutura digital e capacidades técnicas em áreas de produção rural.
- Custos de conformidade que podem excluir pequenos produtores ou concentrar benefícios em atores maiores e mais bem organizados.
- Incerteza jurídica em relação à terra, cadastros imobiliários incompletos e dificuldade em validar informações sobre propriedades.
- A falta de conhecimento ou as diferentes interpretações dos requisitos de due diligence podem levar a que cada comprador imponha formatos distintos.
- Capacidade limitada de sanção ou controle em territórios onde a expansão produtiva se cruza com economias ilegais, mudanças no uso da terra ou práticas históricas de desmatamento.
- Fraca integração do setor financeiro territorial e dos consumidores nas estratégias de rastreabilidade e sustentabilidade.

- Existe o risco de a rastreabilidade ser entendida unicamente como uma exigência comercial, sem integrar direitos, legalidade, comunidades e transformação produtiva.

Ações prioritárias

- Definir um roteiro para a GCF Task Force sobre rastreabilidade e produtos livres de desmatamento, diferenciando as condições favoráveis, o papel subnacional e os requisitos por cadeia de produção.
- Posicionar o GCF Task Force como uma plataforma para a troca de soluções e lições aprendidas, como por exemplo, o Selo Verde, o CAR Digital, o Passaporte Verde e o Guardião Florestal .
- Reforçar a interoperabilidade entre os sistemas de informação, incluindo dados sobre propriedades, produtores, monitorização florestal, legalidade, certificações, embargos e rastreabilidade comercial.
- Promover mesas redondas multissetoriais para cada cadeia produtiva, com a participação de produtores, governos, associações comerciais, compradores, agências de cooperação, sociedade civil, setor financeiro e plataformas de dados.
- Promover o desenvolvimento ou o fortalecimento de bases de dados subnacionais que possam interagir com os sistemas nacionais e atender às demandas internacionais.
- Desenvolver mecanismos de assistência técnica para pequenos produtores, com ênfase em georreferenciamento, legalidade, uso de plataformas, regularização e práticas de produção sustentáveis.
- Criar ou adaptar instrumentos financeiros que permitam aos produtores cumprir os requisitos de rastreabilidade, converter sistemas de produção e aceder a certificações ou relatórios verificáveis.
- Desenvolver diretrizes comuns para due diligence, legalidade e monitoramento, evitando a duplicação de requisitos entre os compradores e reduzindo os encargos administrativos.
- Reforçar a rastreabilidade dos fornecedores indiretos em cadeias complexas, especialmente na pecuária bovina, onde o risco não se limita ao fornecedor direto do matadouro ou ao comprador final.
- Garantir que a rastreabilidade inclua componentes sociais e de direitos, e não apenas a verificação da ausência de desmatamento.

b. Abordagens regenerativas: gado, agricultura e acesso a mercados

MODERADORES:

- Rosa Maria Vidal, Assessora Sênior da GCF Task Force no México
- Carlos Aragon, Diretor Nacional da GCF Task Force no Brasil

PALESTRANTES:

- Arturo Tovar, Líder Global de Desenvolvimento de Negócios e Iniciativas de Inovação da LandScale , Rainforest Alliance
- Guilherme Ponce, Líder de Divulgação, CDP
- Lina Peñuela , Coordenadora do Fundo Regional da Amazônia - UK PACT, Embaixada Britânica em Bogotá
- Juan Pablo Jaramillo, Secretário do Meio Ambiente e Agricultura, Departamento de Caquetá, Colômbia
- Kaoma Martinez Romero, Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Produtivo do Departamento de Vaupés, Colômbia.
- Daniel Graf Pérez, Diretor Geral de Recursos Naturais, Jalisco, México
- Albeiro Pachón Abril, Profissional, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Departamento de Guaviare, Colômbia
- Alex Sandro Antonio Marega , Secretário Executivo do Meio Ambiente, Mato Grosso, Brasil
- Antero Martínez González, Gerente Regional de Recursos Naturais, Piura, Peru
- Frank Eduardo Sánchez Romero, Gerente Regional de Meio Ambiente, Governo Regional de La Libertad, Peru

PARTICIPANTES:

- Kelly Johanna Castañeda Ruiz, Secretária de Agricultura e Meio Ambiente do Departamento de Guaviare, Colômbia.
- Alejandro Mendez Lopez, Secretário do Meio Ambiente, Michoacán, México
- Fredrikke Armazém Kilander , Consultor Sênior da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), Departamento de Clima, Natureza e Setor Privado - Seção Florestal.
- Borghild Tønnessen-Krokan , Conselheiro Sênior, Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento - NORAD, Dept. para Clima, Natureza e Setor Privado - Seção Florestal
- Vladimir Libreros , Coordenador de Projetos, Ação para Florestas
- Pilar Saez Choquehuanca , GCF Task Force Peru e MDA
- Francisco Ruiz, TEFOS
- Diego Armando Jimenez, Universidad de las Américas
- Wilmer Silva Castro, Equipe de Conservação da Amazon
- Yarely Ortiz Guerrero, Coordenadora Regional, Alisos
- Angélica Narváez, Diretora - Pilar Bioeconomia, Alisos

- Juliana de Moraes Pinheiro, Gerente Sênior de Cidades, Países e Regiões, CDP
- Jorge Carillo , Consultor Técnico, GIZ
- Andrés Santana Bonilla, Gerente Sênior de Combate ao Desmatamento Ilegal, Associação para a Conservação da Amazônia



As abordagens regenerativas devem evoluir de projetos-piloto para uma escala maior, incluindo políticas públicas, mecanismos de mercado, instrumentos de financiamento, sistemas de medição verificáveis e estratégias territoriais capazes de gerar lucros para os produtores e benefícios ambientais mensuráveis. A sessão identificou barreiras relacionadas à medição, financiamento, governança, mercados, continuidade institucional, infraestrutura, posse da terra, acesso a tecnologias, custos de certificação e resistência inicial dos produtores. Ao mesmo tempo, surgiram oportunidades relacionadas ao posicionamento de produtos livres de desmatamento, mercados diferenciados, sistemas participativos de garantia, escolas de campo, bioeconomia, biocombustíveis, paisagens bioculturais, restauração produtiva, pagamentos por serviços ambientais e maior interesse do setor privado em abordagens de paisagem.

Os dados são essenciais para a credibilidade do mercado.

A Rainforest Alliance identificou três grandes obstáculos: metodologias inconsistentes, cronogramas longos e governança fragmentada. A plataforma LandScale , uma iniciativa da Rainforest Alliance e da Conservation International, foi apresentada como uma opção em escala de paisagem para organizar dados, validar informações e comunicar resultados de forma confiável para empresas, investidores e governos. <https://www.landscale.org/>

O CDP complementou essa visão observando que o mercado está começando a valorizar abordagens jurisdicionais e de paisagem, mas ainda enfrenta limitações no pagamento por práticas que não pode verificar. A participação estatal foi apresentada como um elemento que confere legitimidade, reduz o risco de greenwashing e permite que empresas e investidores confiem nos resultados relatados. A coleta de dados é difícil e as empresas precisam ser capazes de mensurar os Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs).

A experiência colombiana

A Embaixada Britânica em Bogotá compartilhou lições valiosas de suas experiências com a pecuária sustentável e regenerativa. Foi observado que os pacotes de assistência técnica devem ser adaptados aos contextos locais específicos e com a participação dos governos subnacionais. No caso dos pecuaristas locais, uma lição fundamental foi a necessidade de trabalhar na mudança de comportamento. Os produtores que inicialmente demonstraram maior disposição para se adaptar foram priorizados, com os resultados servindo como prova de conceito. O potencial dos sistemas participativos de garantia também foi destacado, nos quais as próprias comunidades verificam as boas práticas e constroem confiança local.

Caquetá é uma das principais regiões produtoras de gado da Colômbia, com aproximadamente 2,5 milhões de cabeças de gado. O governo departamental tem promovido iniciativas focadas na modernização, no fortalecimento de pequenos e médios produtores, no estabelecimento de acordos de conservação, na utilização de máquinas agrícolas e na melhoria da capacidade produtiva. A importância da Lei Colombiana de Rastreabilidade do Gado foi destacada como ferramenta para rastrear a origem do animal, seu crescimento, a propriedade onde é criado e se a propriedade adota práticas livres de desmatamento. Observou-se, contudo, que sua implementação deve levar em consideração as realidades locais, como a posse informal da terra, a presença da Lei Dois (lei de proteção ao gado), áreas de parques e limitações na infraestrutura viária.

O Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Produtivo de Vaupés propôs uma abordagem comunitária baseada na escuta das necessidades locais, na conservação da água, na avaliação das parcelas agrícolas tradicionais (chagras), em acordos técnicos e culturais, em práticas demonstrativas, em serviços de extensão rural, em escolas de transferência de conhecimento e na participação das comunidades, mulheres, jovens e famílias. A chagra indígena é um sistema vivo de agricultura regenerativa, baseado no conhecimento ancestral, na gestão cultural do território, nos ciclos de repouso do solo, na conservação da água e na transmissão intergeracional. A chagra não é apenas um espaço de subsistência, mas também uma oportunidade de desenvolvimento econômico compatível com a conservação e a bioeconomia.

A mensagem central foi que a expertise técnica deve complementar o conhecimento tradicional, sem substituí-lo.

Embora Guaviare ainda possua quase 70% de cobertura florestal, enfrenta forte pressão devido à pecuária extensiva, grilagem de terras, estradas ilegais e concentração fundiária. O departamento tem se concentrado em permitir que as comunidades permaneçam em seus territórios por meio de atividades produtivas sustentáveis, manejo florestal responsável, processamento de produtos, sistemas agroflorestais, plantio de florestas e pecuária regenerativa. Comunidades indígenas, a Resolução 4360 e a certificação de desmatamento zero são caminhos essenciais para o acesso a mercados diferenciados. Observou-se que os pequenos produtores tendem a receber maior apoio institucional, mas grandes empresas podem desmatar centenas de hectares e reverter o progresso alcançado por muitas famílias.

A experiência de Jalisco: escolas de campo, carne livre de desmatamento e restauração produtiva.

A maior parte da degradação e das alterações na cobertura florestal de Jalisco está associada à pecuária. Por isso, o estado desenvolveu uma Estratégia de Pecuária Sustentável com quatro linhas de ação: carne bovina livre de desmatamento, escolas de campo, restauração produtiva e manejo do fogo. As escolas de campo funcionam como espaços de aprendizagem onde os produtores locais aprendem sobre bioinsumos, pecuária regenerativa, cercas elétricas, manejo florestal integrado e sistemas agroflorestais e silvopastoris. Essa estratégia ajudou a lançar uma marca local, a CaLibre, focada em carne livre de desmatamento, com açougues em funcionamento e parcerias com hotéis e mercados urbanos. Jalisco também apresentou uma estratégia estadual para restauração, pagamentos por serviços ambientais por meio de fundos de contrapartida e paisagens bioculturais como instrumentos de conservação não equivalentes a áreas protegidas, mas relevantes para o manejo da terra, a diferenciação de produtos e a conexão entre produção e conservação.

Intensificação sustentável para mitigar a pressão sobre os ecossistemas florestais

Mato Grosso, Brasil, um importante produtor de grãos e pecuária, reduziu significativamente o desmatamento ao mesmo tempo em que aumentou a produção. O estado focou em biocombustíveis, especialmente o etanol de milho, como estratégia para aumentar a produtividade sem expandir a fronteira agrícola. O modelo integra soja, milho, etanol, grãos secos de destilaria (DDG), óleo, bioeletricidade e pecuária. O DDG, um subproduto proteico da produção de etanol de milho, é utilizado como ração animal, permitindo a intensificação da pecuária, a redução de pastagens e a diminuição da pressão sobre as florestas.

Piura apresentou uma estratégia de restauração ecológica por meio de quatro projetos de investimento público, totalizando mais de 30 milhões de soles, com o objetivo de recuperar os serviços ecossistêmicos, a regulação hídrica e a cobertura vegetal em áreas degradadas da parte alta da região. Destacou-se a construção de barragens de terra como reservatórios comunitários para captar água em áreas de altitude, bem como o trabalho direto com as comunidades rurais.

Cooperação inter-regional em pecuária regenerativa de cabras no Peru

Piura, no Peru, apresentou-se na Plataforma da Floresta Seca do Norte, que engloba as regiões de Cajamarca (não membro da GCF Task Force), La Libertad, Lambayeque (observadora), Piura e Tumbes. O grupo priorizou cinco áreas-chave em seu plano para promover a criação sustentável e regenerativa de cabras: fortalecimento da base produtiva, gestão ambiental sustentável, desenvolvimento de mercado e financiamento, capacidades organizacionais e cooperativas e governança facilitadora. A plataforma destacou o papel da alfarrobeira como recurso fundamental para a alimentação de cabras e a necessidade de fortalecer as cadeias de valor da carne e do leite.

4. Condições favoráveis para a Nova Economia Florestal

a. Combater a ilegalidade florestal: abordando o acesso à terra, a melhoria da governança, a colaboração e a tecnologia.

MODERADORES:

- Juliana Monsalve Páez , Conselheira de Clima e Florestas, Embaixada Real da Noruega, Colômbia
- Marius von Essen, pesquisador de pós-doutorado, UCLA

PALESTRANTES:

- Diego Quintero, Chefe da Divisão de Crime Organizado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) *participou virtualmente*
- Felipe Botero Escobar, Diretor do Escritório Regional Andino da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC)
- Mauricio Mira Ponton , Assessor da Prefeitura, Santiago de Cali, Colômbia
- Alcy Pinedo , advogado do Observatório de Conflitos Socioambientais da Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) , Colômbia .
- Juliana Hurtado R., FCDS, Colômbia



O crime organizado está impulsionando cada vez mais o desmatamento global. A mineração ilegal de ouro, a apropriação de terras, a exploração madeireira, a pecuária, o tráfico de drogas e de animais selvagens e a lavagem de dinheiro operam em uma rede interconectada que ameaça gravemente os ecossistemas florestais. As economias ilícitas colocam em risco a segurança territorial, a governança eficaz, os investimentos sustentáveis, os meios de subsistência legais e a segurança das comunidades indígenas e locais.

CONALDEF, um exemplo de coordenação interinstitucional na Colômbia.

O Conselho Nacional de Luta Contra o Desmatamento da Colômbia (CONALDEF) foi apresentado como um órgão de coordenação interinstitucional com capacidade para coordenar justiça, segurança, meio ambiente, monitoramento e ação territorial em parceria com as comunidades locais. O uso de tecnologia, sistemas de informação geográfica, rastreamento por satélite e análise em tempo real foi identificado como componente indispensável para orientar investigações e operações. Para reduzir a dependência da mobilização nacional, no entanto, ainda há necessidade de aumentar a capacidade local e regional.

FCDS

A Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) abordou os desafios da governança, da segurança multidimensional e da produção de informações estratégicas para combater as economias ilegais na Amazônia. Foi apontado que as economias ilegais operam de forma organizada, enquanto as instituições tendem a responder de maneira fragmentada. As ações prioritárias incluem superar a fragmentação institucional por meio de plataformas regionais

permanentes, fortalecer a cooperação transfronteiriça e incorporar organizações da sociedade civil para produzir informações estratégicas para monitoramento, controle, pesquisa e políticas públicas.

A FCDS apresentou ferramentas e recursos como seu observatório de conflitos ambientais (<https://observatorioamazonia.fcds.org.co/>) e seu projeto “ Amazônia em Disputa” (Amazônia). en Relatório Disputa). A FCDS também propôs uma reunião virtual com os membros da GCF Task Force para explicar o Fórum da Amazônia sobre Segurança Multidimensional e explorar a possibilidade de colaboração.

A importância das alternativas econômicas legais

Cali, capital do Valle del Cauca, na Colômbia, compartilhou sua experiência no combate à mineração ilegal no Parque Nacional Natural Farallones de Cali, um ecossistema estratégico para o abastecimento de água da cidade e da região. O caso demonstrou a importância de combinar medidas de fiscalização, tecnologia, pagamentos por serviços ambientais (PSA) e negócios verdes, além da colaboração com o governo nacional. Para competir com as atividades econômicas ilegais, Cali aumentou os PSA e os pagamentos por negócios verdes para agricultores e comunidades nas zonas de amortecimento e contratou ex-garimpeiros ilegais como guardas-parques e guardas florestais. Há também a oportunidade de conectar o setor privado por meio de incentivos fiscais para investimentos em conservação.

Uma nova parceria

O GCF Task Force e a Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC), enquanto Secretaria Técnica da Coalizão Cidades e Regiões Unidas pela Biodiversidade contra Economias Ilícitas, concluíram a sessão de trabalho com a assinatura de uma Carta de Intenções (LOI) destinada a proteger as florestas e aumentar o acesso a dados para combater crimes florestais. As ações prioritárias incluem a criação de um plano de trabalho conjunto para a troca de experiências, capacitação e posicionamento político de governos subnacionais; a identificação das jurisdições do GCF Task Force com maior exposição à mineração ilegal, extração ilegal de madeira, grilagem de terras, tráfico de animais silvestres e economias ilícitas associadas ao desmatamento; e a criação de mecanismos de cooperação técnica para ajudar os governos subnacionais a compreender melhor seu papel no combate ao crime ambiental organizado.

Ações prioritárias

- Reconhecer a ilegalidade como uma condição essencial para o sucesso do projeto e formular um roteiro para a GCF Task Force sobre o crime organizado ambiental.

- Mapeamento de áreas críticas, fortalecimento da rastreabilidade do ouro, investigação de estruturas criminosas e fluxos financeiros.
- Reforçar a interoperabilidade, os postos de comando unificados, os grupos de trabalho regionais e as capacidades locais.
- Investigar a divisão ilegal de terras, abertura de estradas, grilagem de terras e venda ilegal de terrenos.
- Transformar o monitoramento por satélite, os geovisualizadores e os alertas em decisões para controle, judicialização e regulamentação.
- Fortalecer o Fórum Amazônico sobre Segurança Multidimensional e articular os governos subnacionais da GCF Task Force.
- Ampliar os pagamentos por serviços ambientais, negócios verdes, bioeconomia e reconversão de atores locais.
- Implementar sensores, armadilhas fotográficas, imagens de satélite e painéis de controle compartilhados.

b. Conectando produtos florestais não madeireiros da Amazônia ao Pacífico

MODERADORES:

- Francisco Ruiz, Programa TEFOS-UK
- Fernando Ramírez, Programa TEFOS-UK

PALESTRANTES:

- Viviana Obando, Gerente, RAP Pacífico
- Paola Pulido, Embaixada Britânica, Colômbia
- Carla Portillo, Ministério do Comércio, Ciência e Tecnologia, Colômbia
- Isabel González, Associação de Mulheres Ayakuná e Comitê de Frutas Amazônicas de Caquetá,
- Analiz Santos, Especialista Sênior em Assuntos Jurídicos e Conformidade Legal, Amanatari
- Oseas Barbaran Sánchez, presidente da Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru - CONAP
- José Mattos, Diretor Executivo, Viafloresta
- Vladimir Saguma Acha, Coordenadora de Governança. Projeto Floresta Seca, PROFONANPE

Os produtos florestais não madeireiros (PFNM) representam uma oportunidade para fortalecer meios de subsistência legais, sustentáveis e culturalmente relevantes, desde que as barreiras regulatórias e financeiras enfrentadas pelas comunidades sejam resolvidas.

Para promover práticas sustentáveis na bioeconomia, os marcos regulatórios para os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) devem ser revisados e adaptados, priorizando as necessidades das comunidades. Isso inclui a implementação de processos participativos, como visitas territoriais lideradas por autoridades, oficinas comunitárias e acordos verificáveis, além da redução dos custos de licenciamento, da simplificação de procedimentos e da criação de caminhos para comunidades indígenas e locais com práticas sustentáveis comprovadas. Adicionalmente, os esforços devem se concentrar no fortalecimento das capacidades comunitárias, no desenvolvimento de mecanismos financeiros flexíveis, no fomento da troca de conhecimento regional, na garantia da participação inclusiva e no alinhamento das estratégias de bioeconomia com a prevenção do desmatamento, a restauração de ecossistemas, a segurança territorial e a redução das economias ilegais. É importante ressaltar que a Coalizão de Investidores da Amazônia ofereceu seu apoio aos processos de intercâmbio técnico e à coordenação com organizações indígenas pan-amazônicas.

Produtos florestais não madeireiros e barreiras regulatórias na Colômbia

A Ayakuná , associação de mulheres empreendedoras, e o Comitê de Frutas da Amazônia apresentaram a experiência de uma organização comunitária em Belén de los Andaquíes , Caquetá, Colômbia. Belén dos los Andaquíes apresenta uma das menores taxas de desmatamento em Caquetá, e a experiência de Ayakuná ilustra a ligação direta entre conservação, meios de subsistência legais, liderança de mulheres rurais e a preservação de florestas em pé. Existem, no entanto, barreiras regulatórias, técnicas e financeiras significativas para as comunidades que participam da bioeconomia. Regulamentações criadas para proteger os recursos genéticos contra a biopirataria têm dificultado a comercialização comunitária, e há necessidade de diferenciar os processos comunitários das dinâmicas extrativistas em larga escala. Há também a necessidade de reduzir os custos das licenças de coleta e simplificar os procedimentos para as organizações comunitárias, especialmente quando há evidências de manejo sustentável.

Abordando as lacunas entre as regulamentações e as realidades territoriais em Loreto, Peru.

A Amanatari , uma ONG peruana, apresentou seu trabalho com comunidades em Loreto, em particular a experiência da comunidade Sucusari no uso do aguaje e da fibra de aguaje para a produção de artesanato. No Peru, o Serviço Nacional de Florestas e Vida Selvagem define diretrizes técnicas para o uso de PFNMs (Produtos Florestais Não Madeireiros), enquanto os

governos regionais concedem as licenças. Existe uma lacuna significativa entre os requisitos estabelecidos pela norma e as condições reais das comunidades no território. Os formulários e requisitos são complexos para as comunidades, e os custos do processo podem chegar a aproximadamente US\$ 10.000.

As comunidades já possuem conhecimento de práticas sustentáveis e sistemas de gestão consolidados e devem ser consultadas antes que as diretrizes sejam modificadas. A Amanatari organizou uma visita das autoridades à comunidade de Sucusari em março de 2026, que resultou na elaboração de um plano de trabalho para atualizar as diretrizes até agosto.

CONAP e comunidades indígenas na Amazônia peruana

A CONAP representa aproximadamente 1000 comunidades indígenas na Amazônia peruana. A organização enfatizou que a economia indígena deve melhorar a qualidade de vida, enquanto o setor bioindustrial deve reconhecer a cultura, o conhecimento tradicional e a autonomia organizacional dos povos indígenas. A titulação da terra e a segurança da posse permanecem condições fundamentais para a gestão territorial e a participação efetiva na bioeconomia.

As ações prioritárias recomendadas incluem:

- Simplificar os processos administrativos para licenças, financiamento e assistência técnica.
- Fortalecer associações e empreendimentos liderados por mulheres indígenas, pois elas são atores centrais na geração de renda, especialmente por meio de artesanato, fibras, plantas medicinais e outros produtos florestais não madeireiros.
- Consolidar espaços para a participação efetiva nas esferas políticas.
- Construir uma agenda regional que envolva povos indígenas, comunidades locais, governos subnacionais, governo nacional e agências de cooperação internacional.

Bioeconomia no Brasil – das políticas públicas à implementação

A Coalizão de Investidores da Amazônia destacou a experiência brasileira em bioeconomia e enfatizou que esta não surgiu com o recente interesse dos mercados, mas está profundamente ligada às práticas comunitárias e indígenas. Ressaltou-se a importância da demarcação e do reconhecimento de territórios, da regulamentação do acesso ao patrimônio genético e da repartição de benefícios, bem como a necessidade de rastreabilidade para garantir que os benefícios cheguem às comunidades que fornecem os recursos.

É necessário fortalecer a educação financeira, empreendedora e jurídica para as comunidades indígenas e tradicionais; investir em infraestrutura de bioeconomia; desenvolver mecanismos de financiamento misto que combinem capital filantrópico, recursos públicos, capital natural e iniciativas governamentais; e promover o diálogo transregional entre todos os atores.

Profonampe e o Projeto Floresta Seca: Governança multinível e multissetorial em comunidades camponesas

O projeto Floresta Seca foi apresentado como uma oportunidade de bioeconomia além da Amazônia. As florestas secas peruanas estão concentradas nos departamentos de Lambayeque, Piura e nos novos membros da GCF Task Force, La Libertad e Tumbes. A governança multinível e multissetorial é imprescindível para os processos de desenvolvimento territorial sustentável.

As ações prioritárias identificadas incluem o fortalecimento dos comitês técnicos territoriais relacionados à floresta seca, criação de cabras, apicultura, alfarroba e outras cadeias produtivas; a coordenação de instituições que já atuam no território (como a CARE Peru, a PROCAP e empresas agroindustriais e hidrobiológicas interessadas em restauração e gestão sustentável); o aumento da cooperação regional por meio da elaboração conjunta de agendas (como a Plataforma Florestal do Norte do Peru); e o desenvolvimento da capacidade de advocacy político nas comunidades e entre os atores territoriais.

5. Restauração e Resiliência

a. Gestão Integrada de Incêndios: Da Amazônia à Califórnia

MODERADORES:

- Francisco Ruiz, Diretor Executivo da Action for Forest
- Iván Fernández, Coordenador FIIAPP Amazônia+

PALESTRANTES:

- Marisol Yabeta Azaeda , Secretária de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Santa Cruz, Bolívia
- Marcos Bauch , Coordenador de Projetos - Centro Global de Gestão de Incêndios, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO
- Hugo Carvajal, especialista em governança florestal para Amazonía +, Expertise France
- Encarnación Porras, Consultora Amazonía +, FIIAPP
- Vladimir Libreros , Coordenador de Projetos, Ação para a Floresta
- Daniel Melling, Diretor de Marketing da CTrees
- Fabiano Silva, Consultor, Conservação XLabs



A sessão de trabalho enfatizou a urgência de uma mudança de foco, passando de respostas reativas e focadas na supressão de incêndios florestais para um modelo de governança sistêmico e proativo para o Manejo Integrado de Incêndios (MII) na Amazônia. À medida que a variabilidade climática — particularmente os eventos severos do El Niño — prolonga as temporadas de incêndio e aumenta os riscos ecológicos em toda a América Latina, os participantes destacaram que o manejo do fogo não é mais apenas uma questão de resposta a emergências, mas um componente crítico do planejamento do uso da terra, da governança territorial e da resiliência climática.

Principais atores de governos subnacionais, comunidades indígenas e agências técnicas internacionais (FAO, CTREES, Conservation X Labs) observaram que, embora existam projetos-piloto e boas práticas locais, o principal desafio é institucionalizar esses esforços em políticas públicas permanentes. A sessão ressaltou o papel vital dos governos subnacionais como ponte entre as estruturas nacionais e a implementação prática. Ao integrar o conhecimento ancestral com ferramentas tecnológicas modernas (como monitoramento por satélite e mapeamento de combustíveis), as entidades subnacionais podem transformar o fogo de uma ameaça em um elemento gerenciável da saúde territorial. A reunião reforçou que alcançar esse objetivo exige uma mudança de paradigma, deixando de lado o financiamento fragmentado e baseado em projetos, e adotando alianças multissetoriais sustentadas que priorizem a prevenção, o desenvolvimento de capacidades e a cooperação regional.

Árvores CTrees

A CTrees é uma organização sem fins lucrativos da Califórnia que mapeou a biomassa em cada hectare de terra do planeta. Ela possui diversos conjuntos de dados disponíveis como recursos abertos, incluindo os Alertas de Mudança no Uso da Terra (LUCA, na sigla em inglês), que detectam alterações nas florestas devido a incêndios, desmatamento ou degradação a cada

poucas semanas. Além da ciência, pesquisa e desenvolvimento de dados, a CTrees se concentra em soluções baseadas na natureza, como as avaliações jurisdicionais de REDD+.

Recentemente, eles também têm se concentrado na prevenção de incêndios em três aspectos: mapeamento de combustível (vegetação viva e morta), monitoramento da umidade e modelagem do comportamento do fogo com base nos resultados do mapeamento de combustível e umidade.

Laboratórios de Conservação X (CXL)

Um novo fundo de investimento da CXL, denominado Fundo de Incêndios da América do Sul, financiará ações de prevenção de incêndios e governança resiliente em áreas prioritárias da Amazônia, Pantanal e Chiquitania, no Brasil, Bolívia e Peru. O objetivo do fundo é verificar a eficácia de um conjunto de ações sistêmicas nesses municípios prioritários. A meta final, em três anos, é comprovar que é possível ampliar a dinâmica de combate a incêndios florestais com doações filantrópicas e coordenação com os governos municipais, estaduais e federal.

Santa Cruz, Bolívia

Em resposta aos incêndios catastróficos de 2024, o departamento de Santa Cruz estabeleceu um Serviço Departamental para Gestão Integrada de Incêndios – o primeiro do gênero no país. Além da redução de combustível e outras medidas preventivas de combate a incêndios, o departamento oferece treinamento técnico, equipamentos estratégicos e ferramentas de resposta rápida para fortalecer a capacidade operacional da comunidade em caso de emergência. Também foi criado um Centro de Monitoramento Abrangente e um sistema de alerta precoce.

Barreiras:

Os participantes identificaram diversos obstáculos recorrentes que dificultam a implementação eficaz do IFM na região amazônica:

- **Fragmentação Institucional:** Existe uma notável desconexão entre os quadros de políticas nacionais e a implementação subnacional. Muitos governos subnacionais carecem de integração formal da Gestão Integrada de Finanças (GIF) em suas políticas públicas permanentes, dependendo, em vez disso, de apoio esporádico e específico para projetos.
- **Modelos de financiamento reativo:** Os recursos financeiros estão amplamente vinculados aos ciclos de resposta a emergências. O financiamento normalmente chega apenas quando os incêndios estão ativos, o que impede a alocação de orçamentos contínuos para prevenção a longo prazo, capacitação e manutenção de equipamentos.
- **Ineficiências operacionais:** As brigadas de voluntários baseadas na comunidade, que muitas vezes são as primeiras a responder a emergências, operam em condições precárias e carecem de recursos essenciais, como transporte, equipamentos de comunicação e treinamento especializado.

- Desvalorização do conhecimento tradicional: persiste uma subvalorização sistêmica das práticas ancestrais de uso do fogo, que muitas vezes são vistas apenas como riscos, em vez de ferramentas estratégicas para o manejo da paisagem e a manutenção da agricultura.
- Lacunas de dados e informações: Embora os dados sejam gerados em nível local, eles permanecem dispersos e inacessíveis. Há uma carência de sistemas centralizados, padronizados e fáceis de usar para converter esses dados brutos em ferramentas práticas de apoio à decisão para administradores locais.

Ações prioritárias

Para superar esses obstáculos, a sessão destacou diversas ações essenciais para governos subnacionais e regionais:

- Institucionalização das Políticas de Gestão Integrada de Incêndios: Os governos devem ir além dos projetos-piloto, criando unidades ou serviços dedicados (por exemplo, um "Serviço Departamental para Gestão Integrada de Incêndios") dentro de suas estruturas administrativas para garantir a continuidade além dos ciclos políticos e mudar o foco para a prevenção, e não apenas para a resposta a emergências.
- Fortalecimento das Brigadas Lideradas pela Comunidade: Existe uma necessidade crítica de formalizar e equipar as brigadas de voluntários locais com financiamento permanente, tecnologia apropriada (drones, bombas de água) e treinamento técnico contínuo para melhorar a eficácia operacional.
- Aumentar o financiamento operacional e melhorar a sustentabilidade financeira.
- Aprimorando a tomada de decisões baseada em dados: Desenvolver e adotar centros de monitoramento avançados que forneçam alertas de incêndio quase em tempo real e modelagem preditiva (como os sistemas discutidos pela CTREES) é essencial para uma gestão proativa em vez de reativa.
- Coordenação horizontal e vertical: É necessário facilitar o diálogo constante entre jurisdições vizinhas, governos nacionais e agências internacionais para agilizar os processos burocráticos e alinhar a terminologia, o treinamento e os protocolos de resposta.
- Integrar o conhecimento ancestral e indígena: Promover intercâmbios interculturais e envolver as comunidades indígenas como principais partes interessadas e tomadoras de decisão na gestão do fogo é vital para restaurar a "cultura do fogo" e aproveitar as estratégias ancestrais de manejo.

Oportunidades emergentes

Apesar dos desafios, a sessão identificou caminhos promissores para o avanço do IFM:

- Redes e Acordos Regionais: Iniciativas como a Rede Amazônica de Manejo Integral del Fuego (RAMIF) da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OCTA)

forneem uma estrutura robusta para assistência mútua, troca de conhecimento e ampliação de experiências bem-sucedidas além-fronteiras. A RAMIF organizou recentemente a ExpoMIF , um evento para compartilhar boas práticas em Manejo Integrado de Fogo na Amazônia. O intercâmbio resultou em dezenas de acordos voluntários e 54 boas práticas e experiências, que podem ser encontradas em <https://www.expomif.org/>

- Inovação tecnológica: Parcerias com organizações científicas e polos tecnológicos (como CTREES e Conservation X Labs) estão oferecendo novas ferramentas para mapeamento de combustível em 3D, monitoramento de umidade e previsão do comportamento do fogo com base em princípios físicos, permitindo intervenções preventivas mais precisas.
- Investimento filantrópico e internacional: O lançamento de fundos específicos, como o Conservation X Labs South America Fire Fund, demonstra o crescente interesse da filantropia internacional em mudar os incentivos da supressão para a prevenção e a governança resiliente.
- Casos de Sucesso: A experiência de Santa Cruz, na Bolívia, serve como um modelo de alto impacto para outras jurisdições, demonstrando que o desenvolvimento de políticas departamentais abrangentes e sistemas de alerta precoce pode levar a uma redução significativa das áreas afetadas, mesmo em condições climáticas adversas.
- Governança Territorial Inclusiva: Há um reconhecimento crescente do papel das mulheres e dos líderes indígenas na gestão do fogo, o que proporciona uma oportunidade para construir tecidos sociais mais resilientes, integrando diversas perspectivas locais às estruturas formais de governança. Veja a iniciativa da Fundación Amigos de la Naturaleza em <https://www.fan-bo.org/index.php/que-hacemos/comunidades-y-ciudades-resilientes>

b. Restauração de Ecossistemas: Estudos de Caso, Desafios e Caminhos para a Ampliação

MODERADORES:

- Syahrina D. Anggraini , Diretora Nacional da GCF Task Force na Indonésia
- Fakhri Rhamadian Hidayat , Coordenação do País, GCF Task Force na Indonésia

PALESTRANTES:

- Hairil Anwar, Chefe da Agência Ambiental, West Kalimantan, Indonésia
- Magdalena Torres Abarca , Secretária do Meio Ambiente e História Natural do Estado de Chiapas, México
- Nasly Fernanda Vidales González, Subsecretária de Projetos de Sustentabilidade Ambiental, Departamento de Valle del Cauca , Colômbia
- Julio Cesar Benites , Gerente Regional de Desenvolvimento Econômico, Tumbes, Peru

- Andrés Zuluaga, Diretor de Conservação da Região NASCA, The Nature Conservancy (TNC)
- Blanca Lucía Echeverry, Coordenadora Nacional, IRI Colômbia, Interfaith Rainforest Initiative

PARTICIPANTES:

- Marcello Lelis , Secretário do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Clima, Tocantins, Brasil
- Francisca Arara , Secretária Especial para Povos Indígenas - SEPI, Acre, Brasil
- Jaksilande Araújo de Lima, Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Acre, Brasil
- Estiko Wiradyo , Chefe da Divisão de Planejamento da Agência Florestal e Ambiental de Papua, Indonésia.
- Neyra Silva Rosado, Secretária de Desenvolvimento Sustentável, Estado de Yucatán, México
- Daniel Graf Pérez, Diretor Geral de Recursos Naturais, Jalisco, México
- Jimmy Walter Susanto, Chefe do Departamento Florestal, Papua Barat, Indonésia
- Luís Giovanni Santos González, Subsecretário do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Tabasco, México
- Diogo Martins Rosa, Diretor de Governança Climática, SEDAM, Rondônia, Brasil
- Maria Beatriz Saldanha, Consultora, Fundo de Defesa Ambiental - EDF
- Luciana Carrijo , Especialista de Projetos - Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
- Willinton Murillo Quinto, Líder da equipe COCOMACIA REDD+ , Terra Global Capital
- Nícia Coutinho, Diretora para o Brasil - ICGT, Tendências Florestais



A restauração envolve não apenas a recuperação da cobertura vegetal, mas também a reconstrução das funções ecológicas, o fortalecimento dos meios de subsistência, a redução da pressão sobre florestas e zonas úmidas, a mobilização de financiamento, a integração do conhecimento científico e local e a construção de capacidade comunitária a longo prazo. Esta sessão identificou lacunas recorrentes: financiamento insuficiente, dificuldades de monitoramento, necessidade de validação em campo, coordenação limitada entre os níveis de governo, lacunas regulatórias, dependência da cooperação externa e necessidade de instrumentos de políticas públicas com continuidade.

Restauração: mais do que uma intervenção técnica.

A The Nature Conservancy (TNC) apresentou a restauração como um componente central das soluções climáticas baseadas na natureza. Abordagens rigorosas de conservação e restauração em paisagens produtivas não devem ser vistas como forças opostas, mas sim complementares. As estratégias climáticas jurisdicionais devem integrar a restauração florestal, a prevenção do desmatamento e a agrofloresta, com áreas prioritárias identificadas com base na relação custo-benefício.

A Iniciativa Inter-religiosa para Florestas Tropicais enfatizou que a restauração não pode ser concebida apenas como uma intervenção técnica. A restauração requer confiança, legitimidade social, liderança comunitária, diálogo entre diferentes formas de conhecimento e a defesa de direitos. Suas ações prioritárias incluem o fortalecimento das redes comunitárias e religiosas; a promoção de processos de comunicação territorial; a inclusão de povos indígenas, mulheres, jovens, líderes sociais e governos locais; e a transformação da restauração em uma responsabilidade compartilhada.

Experiências jurisdicionais:

Tumbes, no Peru, apresentou um projeto focado na geração de mapas utilizando imagens de satélite para identificar áreas degradadas e orientar projetos de restauração ecológica. Há uma necessidade de dados geográficos, ecológicos e de campo para priorizar a tomada de decisões.

Cauca, na Colômbia, possui um plano de desenvolvimento florestal que inclui o alinhamento do planejamento ambiental, da gestão de bacias hidrográficas e da bioeconomia; promove a colheita legal e a rastreabilidade da madeira; caracteriza os produtos florestais não madeireiros (PFNM); e promove incentivos para a conservação e a compensação ambiental.

Kalimantan Ocidental, Indonésia, compartilhou sua estratégia de restauração de turfeiras, estruturada em torno de três componentes: reumedecimento, revegetação e revitalização econômica. O fluxo de trabalho inclui a implementação de infraestrutura de reumedecimento; a construção de viveiros; a revegetação de áreas queimadas ou degradadas; a promoção de espécies multiuso; a regulamentação do uso local; e o apoio às comunidades com capital,

treinamento e meios de subsistência alternativos. Observou-se que existem semelhanças entre as florestas tropicais de Bornéu e Caquetá.

Chiapas, no México, apresentou seu programa de restauração e limpeza de microbacias hidrográficas. A iniciativa incluiu conservação do solo e da água, terraceamento, barreiras vivas, reflorestamento, aceiros, fogões eficientes em termos de consumo de combustível e geração de empregos comunitários. Recursos públicos estaduais foram investidos nas microbacias hidrográficas, e membros de ejidos (terras agrícolas comunitárias) e comunidades foram remunerados pelo trabalho de restauração.

Conclusão e próximos passos

Próximos passos prioritários:

- **Criar roteiros para a GCF Task Force para:**
 - **Produtos rastreáveis/livres de desmatamento**
 - **crime organizado ambiental**
 - **Instalações regionais de bioeconomia**
- **Promover a partilha e a troca de conhecimentos:** Posicionar o GCF Task Force como uma plataforma/repositório central para ferramentas de código aberto (ex.: Green Seal, Digital CAR, Green Passport) e melhores práticas técnicas. Promover intercâmbios interculturais e técnicos dentro e entre jurisdições.
- **Ampliar os mecanismos de financiamento direto e flexível:** explorar estruturas específicas, como um fundo rotativo da GCF Task Force, para cobrir os custos de preparação, verificação e transição para pequenos agricultores.
- **Melhorar a assistência técnica e o desenvolvimento de capacidades:** fornecer aos pequenos produtores apoio específico em georreferenciamento, regularização fundiária e adoção de plataformas para evitar a exclusão do mercado.
- **Combater a fragmentação institucional e a instabilidade política:** Promover o diálogo e o alinhamento entre todos os níveis de governo, os povos indígenas e outras partes interessadas. Institucionalizar políticas para garantir a continuidade para além dos ciclos políticos.

Estas sessões de trabalho demonstraram que os governos subnacionais e os líderes comunitários estão a impulsionar ativamente estruturas práticas para construir uma Nova Economia Florestal. Para manter o ímpeto, o GCF Task Force deve agora alavancar a sua rede para alinhar sistemas fragmentados, garantir o acesso equitativo ao financiamento e assegurar que normas rigorosas de sustentabilidade protejam os pequenos agricultores e as comunidades indígenas. Além disso, o GCF Task Force irá mitigar a instabilidade política, proporcionando



16ª Reunião Anual do GCF Task Force
Relatório das Sessões de Trabalho sobre a Nova
Economia Florestal
Caquetá, Colômbia

continuidade aos governadores recém-eleitos e aos funcionários públicos recém-nomeados neste ano de elevada rotatividade política. Juntos, com as nossas nove novas jurisdições membros, continuaremos o trabalho de construção de uma Nova Economia Florestal.